

**TEXTO-BASE PARA O 15 MAIO 2025  
DIA DA(O) ASSISTENTE SOCIAL**

# **A GENTE DEFENDE A JUSTIÇA AMBIENTAL PARA ENFRENTAR A DESIGUALDADE SOCIAL**



*“Há muito tempo não programo atividades para ‘depois’. Não sabemos se estaremos vivos amanhã. Temos de parar de vender o amanhã. O amanhã não está à venda”.*  
Krenak

Em 2024, o Conjunto CFESS-CRESS aprovou, no seu 51º Encontro Nacional, em Belo Horizonte (MG), para as comemorações do Dia da(o) Assistente Social 2025, o tema ‘Serviço Social na luta por justiça ambiental para a diversidade de povos e biomas’.

Poderíamos realizar esse diálogo por meio de diversos caminhos. Entre veredas, estradas, afluentes, rio acima e rio abaixo, escolhemos aquele que nos leva ao horizonte da justiça e da liberdade – essas nobres senhoras da emancipação humana. Para isso, mirando a história e esse tempo que atravessamos, faz-se necessário refazer radicalmente os caminhos da relação entre os seres humanos e a natureza. Mas atenção! Precisamos ter alguns cuidados para não enveredar nos atalhos ilusórios do desenvolvimento sustentável ou da sustentabilidade do capitalismo verde. Isso porque não é possível refazer esses caminhos nos marcos da sociabilidade capitalista.



Essa compreensão tem como base o desvelamento da realidade acumulada por meio das análises marxianas sobre o “metabolismo social”<sup>1</sup> - “[...] “o homem [ser humano] vive da natureza: a natureza é seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer” (Marx, 2010, p. 84). Foi a partir da natureza e com ela que o ser humano foi se transformando em ser social. Com intenção e finalidade para viver, descobriu a agricultura, criou ininterruptamente ferramentas de trabalho, construiu moradias, desenvolveu modos diversos de produção e estabeleceu relações sociais. Esse “metabolismo social perpetua uma condição “natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais” (Fontes; Dias, 2024, p. 76).

Porém, na forma social burguesa, a ruptura dessa relação entre ser humano social e a natureza se impõe. Trata-se da chamada “falha metabólica”<sup>2</sup>. Os cercamentos, por exemplo, cumpriram com essa separação e, tanto “as gentes” camponesas, quanto a natureza, passaram a ser dominadas e exploradas. As centenas de milhares de populações originárias da África e de toda a nomeada América Latina também passaram, tempos depois, por esse processo de acumulação primitiva do capital<sup>3</sup>. As expropriações capitalistas reificaram e alienaram essa relação entre a sociedade humana e a diversidade dos outros seres da natureza.

É a partir desses pressupostos que buscamos compreender as expressões da questão ambiental que, no Brasil e nos demais países colonizados, têm particularidades em razão da dominação e superexploração que escravizou as pessoas e se apropriou dos bens comuns da natureza. Sobre isso, Silva (2008)<sup>4</sup> afirma a existência de “raízes latentes da questão social”, pois mesmo antes da consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, o sistema de plantation e a mineração, por exemplo, já era terreno fértil para a contradição entre capital e trabalho.

Essas bases nos conduzem a compreender que, para buscar saídas para a crise humanitária que vivemos, não basta reduzir o consumo doméstico de água e de energia, ou destinar corretamente os resíduos. Ainda que essas medidas possam ser adotadas como expressões de cuidado com a natureza, é importante ter a consciência de que saídas individuais do tipo ‘reduza, reutilize, recicle e renove’ estão localizadas na superfície dessa crise civilizatória, que é também ambiental e, portanto, são insuficientes para qualquer mudança significativa do sistema social no qual vivemos. Mirar a história da acumulação primitiva, saltando séculos depois para a Revolução Industrial e alcançando as expropriações

1 Esses pressupostos teóricos podem ser encontrados no Caderno I dos Manuscritos de 1844, em especial na sessão Renda da Terra. Marx chega a essas elaborações no curso de sua busca em conhecer a origem da forma econômica do capital.

2 O aprofundamento dessa análise é possível de ser encontrada no livro I d’Capital.

3 Para aprofundamento, a leitura do Capítulo XXIV, D’Capital - “A assim chamada acumulação primitiva”.

4 SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos. Cuiabá: Papel Social, 2008.





contemporâneas amparadas na financeirização da natureza, são marcadores da destrutividade ambiental que se agrava na medida em que o capitalismo avança e que a burguesia faz questão de esconder.

A emissão de gases do efeito estufa na atmosfera cresceu a partir da Revolução Industrial. Mas na contemporaneidade, outras emissões também se acumulam, contribuindo para o aumento da temperatura do planeta (dados IPCC). Em 2018, o IPCC já registrava um aumento de 1°C na temperatura do planeta em relação aos níveis pré-industriais<sup>5</sup>. As previsões iniciais de chegarmos a 1,5°C entre 2030 e 2052 já estão sendo abandonadas frente à aceleração deste processo nos últimos anos.

As alterações ameaçam de forma contundente a vida na Terra. Ondas de calor na Índia elevaram a temperatura a 50°C em 2024 e algumas pesquisas mostram a relação de alguns acometimentos à saúde humana, como parto prematuro e frequências cardíacas elevadas em adultos(as). Elas contrastaram com a incidência de ondas de frio nas áreas de influência do Ártico. Como parte desse cenário extremo, chuvas torrenciais, como as que atingiram os estados do Acre, Maranhão e Rio Grande do Sul no mesmo ano, têm se tornado cada vez mais frequentes em vários lugares do mundo, assim como o aumento da intensidade e da duração das secas, levando à desertificação de territórios, como ocorreu no Piauí<sup>6</sup>. Aliadas à uma distribuição desigual dos territórios, às situações de pobreza extrema e à ausência de proteção social, fazem emergir desastres, desencadeando situações de calamidade<sup>7</sup>, que demandam a atuação de assistentes sociais em diferentes espaços. A ultrapassagem do reducionismo presente na ideia de que esses casos se limitam ao momento da emergência ainda é um desafio, sobretudo em função do foco na resposta e da sua baixa vinculação e seu processo de produção, vinculada à racionalidade capitalista.

Essa problemática nos empurra também para o trabalho de assistentes sociais junto às populações refugiadas, migrantes e apátridas. Entre 2008 e 2018, desastres climáticos extremos forçaram anualmente o deslocamento de mais de 20 milhões de pessoas. Dentre os afetados, 80% estão na Ásia, região que concentra uma parcela significativa da população em situação de pobreza (Oxfam, 2019)<sup>8</sup>. Também se somam a este contingente indígenas venezuelanos(as), em decorrência da crise econômica e política vivida pelo país, a qual tem relação com a exploração de outro bem da natureza - o petróleo. Desde 2018, já são mais de cinco mil refugiados(as) e migrantes do povo Warao (66%), Pemon (30%), Eñepa (3%) e Kariña (1%). A grande maioria se encontra na região norte do país, com destaque para o estado de Roraima, onde estão cerca de 1,3 mil, mas estão

5 <https://www.ipcc.ch/sr15/chapter/spm/>

6 Conhecido por Deserto de Gilbués, no sul do Piauí se encontra a maior área de desertificação do Brasil. Disponível em: '[Deserto de Gilbués: município piauiense é um dos principais núcleos de desertificação do país | Piauí | G1](#)

7 CFESS Manifesta <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2022-ASemCalamidades.pdf>

8 <https://policy-practice.oxfam.org/resources/forced-from-home-climate-fuelled-displacement-620914/>



presentes em 16 estados brasileiros (ACNUR, 2020).

A persistência na produção de produtos primários para exportação, o que alguns autores e autoras conceituam de neoextrativismo e/ou neocolonização, é a aposta na produção de commodities para atender às necessidades das corporações e não das populações, adotada por países periféricos e dependentes, como o Brasil. Apesar da produção em larga escala de milho, soja e carne bovina, por exemplo, a existência de pessoas em situação de insegurança alimentar permanece como parte de uma dura realidade.

“Quem inventou a fome são os que comem”! Essas sábias palavras de Carolina Maria de Jesus são reveladoras das estratégias capitalistas forjadas na chamada Revolução Verde, que tem suas raízes no pós-Segunda Guerra Mundial e se consolida nos marcos da crise de 1970. Os investimentos em tecnologias para o aumento da produção de produtos alimentícios possibilitaram a hegemonia do agronegócio. As sementes geneticamente modificadas, regadas com agrotóxicos que são chamados, pelos empresários agrícolas, de herbicidas e fertilizantes, impuseram monoculturas em todo o país. Além da eliminação da biodiversidade, esse modelo também vem sendo responsável pela contaminação dos solos, das águas, dos vegetais e até das chuvas<sup>9</sup>, com consequências irreversíveis à saúde humana e animal. A Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida<sup>10</sup> vem denunciando, desde 2011, a perda de segurança e de soberania alimentar no Brasil.

Esse quadro da fome também está presente no cotidiano dos mais diversos espaços de trabalho das assistentes sociais e, apesar da sua conexão direta com a questão ambiental nem sempre ser percebida, talvez seja esta a mais contraditória das suas expressões e um dos maiores indicativos da intrínseca relação entre o agrário e o urbano. Portanto, desde a gestão do benefício eventual da cesta básica na assistência social, passando pelo atendimento hospitalar por intoxicação no trabalho agrícola, até a participação nas conferências de segurança alimentar e nutricional<sup>11</sup>, temos o trabalho de profissionais do Serviço Social e suas interfaces com as expressões da questão ambiental. O agro não é pop, nem tech, nem tudo. O agro é destruição da biodiversidade da fauna e da flora dos biomas brasileiros, a exemplo do que tem acontecido com o Cerrado, particularmente na região centro-oeste do país. Ou com a nova fronteira agrícola do MATOPIBA que envolve os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e tem como missão garantir a produção de grãos e fibras para exportação.

Ainda na esteira das commodities, que são justificadas pela sua importância para o PIB do país, temos a economia mineral, atividade também colonial e, portanto, predatória. As serras e chapadas, que compõem paisagens exuberantes, há séculos são mineradas. É fundamental reforçar que a natureza não é uma fonte inesgotável ou um reservatório ilimitado<sup>12</sup> de “recursos naturais”, capazes de

9 Assista ao curta-metragem “Chuva de Veneno”.

10 Consulte [Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida](#)

11 Sobre isso, sugerimos a leitura do CFESS MANIFESTA: “Não basta ter segurança, nós queremos soberania alimentar”.

12 Para aprofundar, sugerimos as contribuições de Harvey (2011) na obra O Enigma do Capital, Capítulo VII “A destruição criativa da Terra” e do mesmo autor, Parte III, “As contradi-

**A GENTE DEFENDE A JUSTIÇA AMBIENTAL  
PARA ENFRENTAR A DESIGUALDADE SOCIAL**



garantir o desenvolvimento econômico do país como querem fazer parecer. O que ocorre é o contrário, “[...] na medida em que geram lucro e riqueza, expressam seu caráter altamente destruidor, aniquilando bens naturais e levando sofrimento e morte para o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores” (CFESS Manifesta 5 anos do desastre em Brumadinho/MG, 2024). Como exemplo disso, pode-se destacar, no Brasil, o caso de Barcarena (PA) e a contaminação das águas da cidade por mercúrio, assim como os graves danos da Braskem em Alagoas. E não custa lembrar que a economia mineral só funciona às custas de muita água.

A mineração, ao lado de outros megaprojetos, compõe o arsenal de destrutividade dos biomas, dos povos e comunidades tradicionais e de populações periféricas das grandes metrópoles, conforme é possível visualizar no Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (Fiocruz)<sup>13</sup>. De acordo com o MapBiomas (2025), a Amazônia foi o bioma que mais sofreu com queimadas em 2024. Em todo o território nacional, houve um aumento de 79% comparado ao ano de 2023, superando 30 milhões de hectares, alcançando a maioria dos biomas. No Cerrado, foram queimados aproximadamente 9,7 milhões de hectares, um aumento de 46% comparado aos seis últimos anos. Esse aumento também alcançou o Pantanal e a Mata Atlântica. Apenas no Pampa e na Caatinga houve diminuição, também conforme o MapBiomas (2025).

Os riscos e os danos causados pela degradação desenfreada da natureza têm escala mundial, mas é certo que não afeta toda a população de maneira igualitária, ou seja, os megaprojetos do capital e as alterações são globais, mas não são vividas da mesma forma pela população. As perdas são de diferentes proporções e dimensões, sobretudo para os povos e comunidades tradicionais e demais grupos racializados subalternamente da classe trabalhadora, que, muitas vezes encontram, em áreas destinadas às atividades geradoras de graves impactos ambientais, os espaços de construção de suas moradias e de lazer. Esse problema foi categorizado ao final do século XX como Racismo Ambiental<sup>14</sup>, mas sabemos que é bem anterior a 1980.

Nos países afroindígenas colonizados, é possível identificar o racismo ambiental já naquele momento, quando os corpos humanos de indígenas e de pessoas negras vindas da África, e não humanos foram superexplorados. E avançando na história do Brasil para o período da chamada “abolição”, ficam explícitas as apropriações territoriais e as condições dadas à população recém- “liberta”. A partir de uma política eugenista, as populações negras foram empurradas para os morros e para as nascentes periferias das metrópoles do século XIX. Sem a possibilidade da venda do seu trabalho “livre”, precisaram desenvolver estratégias de sobrevivência nos cortiços e nas favelas. E até hoje são essas populações as enumeradas em tabelas de déficits habitacionais, de saneamento básico e de mobilidade urbana.

ções perigosas”, na publicação intitulada 17 contradições e o fim do capitalismo.

13 Veja [Início - Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil](#)

14 Sobre racismo ambiental, apresentar as particularidades do Brasil e sugestão da leitura do texto “Desgosto”, de Oiara Bonila, disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/08/30/desgosto-por-oiara-bonilla/>







Esse contexto urbano e todas as suas contradições constituem terreno propício para a realização do trabalho de assistentes sociais. São nos bairros periféricos, pretos e empobrecidos que se encontram os lixões, de onde essa população, em sua maioria formada por mulheres negras, retiram o sustento das suas famílias. É por esses territórios, delimitando as zonas de sacrifício, onde também são estabelecidas as centrais de distribuição de energia com seus riscos e impactos, indústrias que emitem gases poluentes durante a noite ou ainda onde se encontram os rios sobreviventes nas cidades, mas que logo se tornarão canais de esgotamento. Existem, em todo o território nacional, ocupações “irregulares” urbanas – que algumas pessoas desavisadas chamam de invasões. Entre as ações desenvolvidas pelo Serviço Social junto à política habitacional nos marcos do direito à cidade, está a regularização fundiária<sup>15</sup>.

Por tudo isso, é importante refletirmos sobre quem são os grupos que cultivam e potencializam a vida dos biomas; sobre quem são os(as) responsáveis pela manutenção das florestas, das águas e dos campos e sobre quem são essas pessoas que ocupam os espaços de riscos e quais são suas origens étnicas e raciais.

O nosso projeto de profissão convida a realizar articulações com os movimentos sociais, para alcançar um horizonte de justiça social que, necessariamente, é também ambiental, pois vimos que não existimos sem natureza em sua diversidade de seres. Para as(os) assistentes sociais que trabalham nas políticas ambientais, de regularização fundiária, em secretarias municipais e estaduais do meio ambiente, gerindo, por exemplo, o auxílio-catador, talvez seja mais nítida a contradição entre capital, natureza e trabalho – entre produção, consumo e descarte. Também o é para aquelas(es) que estão realizando os componentes socioeconômicos dos Estudos de Impacto Ambiental e os Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) de projetos com riscos e impactos sociais e ambientais. Mas temos um “desafio ético-político para o Serviço Social”, parafraseando Silva (2010), qual seja: identificar e reconhecer, nos mais diversos espaços de trabalho (políticas ambientais, de regularização fundiária, habitacional, de saúde, de assistência social, de segurança alimentar e nutricional, de previdência social, de educação, de geração de trabalho e renda, dentre várias outras), as possíveis interlocuções das expressões da questão social com a ambiental e, também, encontrar nelas as saídas possíveis.

Nesse caminho de desvelar para transformar, os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros grupos subalternizados vêm produzindo lutas e resistências como forma de tornar pública a exploração dos bens comuns ilimitados, a serviço da manutenção e da expansão do sistema capitalista e em detrimento do direito à vida no planeta. E para “adiar o fim do mundo” (Krenak, 2020) e evitar “a queda do céu” (Kopenawa, 2016), podemos e devemos dialogar bem mais com os saberes desses povos que mantiveram sua relação orgânica com a natureza.

Além disso, os movimentos sociais do campo, de quilombolas, de indígenas, de pescadores(as) e tantos outros perpetuam uma forma de organização comunitária e coletiva, a qual também pode nos inspirar. O cultivo de alimentos em

15 Veja o trabalho de denúncia e incidência para garantia do direito à cidade realizado pela Campanha Despejo Zero. [Campanha DESPEJO ZERO: pela vida no campo e na cidade!](#)



sistemas de agroflorestas e por meio da agroecologia, assim como a pesca artesanal, o extrativismo e o turismo comunitário, a reforma agrária popular, são respostas reais, já em curso, que sinalizam caminhos opostos à máquina do capital, moedora de gente e da natureza. Portanto, cabe às(aos) assistentes sociais, conhecer, visibilizar e se articular com todas essas movimentações, pois elas são possibilidades reais de fortalecimento da justiça ambiental.

### **Apontamentos para os eventos do 15 de maio**

1. Trabalhar slogan e a arte elaboradas pelo CFESS com contribuições dos CRESS;
2. Questão ambiental numa perspectiva crítica - contradição entre capital e trabalho - só existe trabalho, porque existe natureza - relação orgânica entre o ser humano e a natureza responsável pela sociabilidade humana;
3. Na sociabilidade capitalista, ser humano e natureza são separados, expropriados e superexplorados;
4. Marcos da colonização e escravização das gentes e das terras – persistências na contemporaneidade - agronegócio e mineração;
5. E qual a relação de tudo isso com a questão social? As injustiças ambientais, particularmente o racismo ambiental, resultam também em desigualdades sociais;
6. As saídas não podem ser somente individuais, precisam necessariamente ser coletivas;
7. Exemplos dialogados com o trabalho de assistentes sociais: a fome, agravos à saúde decorrentes de ausência de saneamento básico, catadores(as) e os lixões, alagamentos, direito à cidade; o trabalho com populações ameaçadas ou que já tiveram os seus direitos violados em razão de projetos do capital etc;
8. Garantir justiça ambiental é compromisso ético-político e bandeira de luta de assistentes sociais.

### **Trechos literários para reflexões...**

*“A família Peixoto havia herdado terras das sesmarias. Essas coisas nem Deus sabe explicar como aconteceram, mas Severo diz de uma forma que o povo fica atento, indo de casa em casa, da escola aos caminhos para a roça. Depois o povo fica se perguntando, conversando entre si, e vão recuperando as histórias das famílias antes da chegada. Eu tentava me concentrar, para aprender sobre o que o Severo contava. Que chegou um branco colonizador e recebeu a dádiva do reino. Chegou outro homem branco com nome e sobrenome e foram dividindo tudo entre eles. Os índios foram sendo afastados, mortos, ou obrigados a trabalhar para esses donos da terra. Depois chegaram os*



negros, de muito longe, para trabalhar no lugar dos índios. Nosso povo, que não sabia o caminho de volta para sua terra, foi ficando. Quando as fazendas foram deixando de produzir porque os donos já estavam velhos e os filhos já não se interessavam pelo trabalho de roça, porque ganhavam muito mais dinheiro como doutores na cidade, e nos procuravam cercando terras pelas extremidades da fazenda, dizíamos que éramos índios. Porque sabíamos que, mesmo que não fosse respeitada, havia lei que proibia tirar terra de índio. E também porque eles se misturaram conosco, indo e voltando de seu canto, perdidos de suas aldeias.” (Torto Arado. Itamar Vieira Junior).

“Chegamos à fazenda há muitos anos, cada um aqui sabe como foi. Essa história já foi repetida muitas vezes. Mil vezes. Muitos de nós, a maioria, posso dizer, nasceram nesta terra. Nasceram aqui, nesta terra não tinha nada, só o nosso trabalho. Isto tudo aqui só existe porque trabalhamos esta terra. Eu nasci aqui. Meus irmãos nasceram aqui. Crispina, Crispiana e a família também. E os que não nascera, já estão a maior parte de suas vidas em Água Negra. Os donos pisavam os pés nesta terra só pra receberem o dinheiro das coisas que plantávamos nas roças. Todo mundo sabe das histórias de seu Damião, seu Saturnino e Zeca, meu pai. E sabe das histórias do jarê e de tudo o que vivemos aqui. Sabe melhor que qualquer forasteiro quantas secas já vimos se abateram sobre a fazenda e quantas enchentes comeram nossas roças na beira do Utinga e do Santo Antônio [rios]”. (Torto Arado. Itamar Vieira Junior).

### **A terra é naturá - Patativa do Assaré**

*Esta terra é como o Só/ Que nace todos os dia/ Briando o grande, o menó  
E tudo que a terra cria. O só quilarêa os monte, Tombém as água das fonte,  
Com a sua luz amiga, Potrege, no mesmo instante, Do grandaião elefante  
A pequenina formiga.*

*Esta terra é como a chuva, /Que vai da praia a campina,/Móia a casada, a viúva,/  
A véia, a moça, a menina./Quando sangra o nevuêro,/ Pra conquistá o aguacêro  
Ninguém vai fazê fuxico, Pois a chuva tudo cobre,/ Móia a tapera do pobre  
E a grande casa do rico.*

*Esta terra é como a lua,/ Este foco prateado/ Que é do campo até a rua,  
A lampa dos namorado;/ Mas, mesmo ao véio cacundo,/ Já com ar de moribundo  
Sem amô, sem vaidade,/ Esta lua cô de prata/ Não lhe dêxa de sê grata;  
Lhe manda quilaridade.*

*Esta terra é como o vento,/ O vento que, por capricho  
Assopra, as vez, um momento,/Brando, fazendo cuchicho.  
Otras vez, vira o capêta,/Vai fazendo piruêta,  
Roncando com desatino,/Levando tudo de móio  
Jogando arguêro nos óio/Do grande e do pequenino.*

*Se o orguiôso pudesse/Com seu rancô desmedido,*





*Tarvez até já tivesse/Este vento repartido,  
Ficando com a viração/Dando ao pobre o furacão;  
Pois sei que ele tem vontade/E acha mesmo que precisa  
Zozá de frescô da brisa,/Dando ao pobre a tempestade.  
Pois o vento, o só, a lua,/A chuva e a terra também,  
Tudo é coisa minha e sua,/Seu dotô conhece bem.  
Pra se sabê disso tudo/Ninguém precisa de istudo;  
Eu, sem escrevê nem lê,/Conheço desta verdade,  
Seu dotô, tenha bondade/De uvi o que vô dizê.*

*Não invejo o seu tesoro,/Sua mala de dinhêro  
A sua prata, o seu ôro/o seu boi, o seu carnêro  
Seu repôso, seu recreio,/Seu bom carro de passeio,  
Sua casa de morá/E a sua loja surtida,  
O que quero nesta vida/É terra pra trabaiá.*

*Iscute o que tô dizendo,/Seu dotô, seu coroné:  
De fome tão padecendo/Meus fio e minha muié.  
Sem briga, questão nem guerra,/Meça desta grande terra  
Umás tarefa pra eu!/Tenha pena do agregado  
Não me dêxe deserddado/Daquilo que Deus me deu*

### **O açúcar/Ferreira Gullar**

*O branco açúcar que adoçará meu café/nesta manhã de Ipanema  
não foi produzido por mim/nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.*

*Vejo-o puro/e afável ao paladar/como beijo de moça,  
água na pele,/flor que se dissolve na boca./Mas este açúcar  
não foi feito por mim.*

*Este açúcar veio/da mercearia da esquina  
e tampouco o fez o Oliveira,/dono da mercearia.  
Este açúcar veio/de uma usina de açúcar em Pernambuco  
ou no Estado do Rio/e tampouco o fez o dono da usina.*

*Este açúcar era cana/e veio dos canaviais extensos  
que não nascem por acaso/no regaço do vale.*

*Em lugares distantes, onde não háhospital nem escola,  
homens que não sabem ler e morrem/aos vinte e sete anos  
plantaram e colheram a cana/que viria a ser o açúcar.*

*Em usinas escuras, homens de vida amarga e dura  
produziram este açúcar branco e puro/ com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.*



**Algumas produções de referência do Serviço Social sobre o tema...**

*Crise Socioambiental e Serviço Social*

Organização: Raquel Santos Sant'ana, Maria das Graças e Silva e Maria das Graças Osório Lustosa. Cortez. 2024.

*Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social.* Maria das Graças e Silva. Cortez. 2010.

*Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social.* Joaquina Teixeira Barata. Revista Em Pauta. 2009.

**Músicas**

- Sal da Terra
- Planeta Água
- Xote Ecológico
- Saga de Severinin

**Dicas de audiovisuais:**

- A história das coisas
- Abuela Grillo
- Estamira
- Chuva de Veneno
- O Veneno Está na Mesa
- Martírio
- O Jabuti e a Anta
- A última floresta

**Sugestões de páginas de conteúdos relacionados**

Instituto Socioambiental

<https://www.socioambiental.org/>

Jornalismo Samaúma

<https://sumauma.com/>

Jornalismo de Profundidade

<https://outraspalavras.net/>

